

Impasse sobre maioria penal adia votação da PEC da Segurança Pública

Alcolumbre retira proposta de pauta após divergências entre governo e oposição

Por **Beatriz Matos**

Depois da aprovação da PEC do fim da escala 6x1, a tentativa de acelerar a aprovação da PEC da Segurança Pública terminou em impasse no Senado, nesta quinta-feira (15).

O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), retirou a proposta da pauta diante das divergências sobre emendas que podem alterar o texto e obrigar seu retorno à Câmara.

A decisão interrompeu os planos do governo de concluir a votação antes do segundo turno presidencial, marcado para 25 de outubro.

Ao anunciar a retirada de pauta, Alcolumbre reagiu às críticas sobre o calendário especial aprovado durante as comemorações pelo fim da escala 6x1.

“Eu vou retirar de pauta a PEC da Segurança Pública. Nós vamos aguardar os entendimentos das senadoras, senadores e do texto, porque agora estou sendo o culpado de emendas que foram apresentadas, de que vai alterar o texto e vai voltar para a Câmara”, declarou.

O líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), questionou se a retirada havia ocorrido a pedido do gover-



Oposição acusa Alcolumbre de agir por interesse do governo

no. Alcolumbre rebateu: “Se deveu à minha decisão, da Presidência do Senado Federal. Baseado na decisão da Presidência do Senado”.

“Bom saber, porque a gente precisa mudar esse regimento”, retrucou Marinho.

INTERESSES DO GOVERNO

Após a decisão, Marinho acusou Alcolumbre de atender aos interesses do governo e criticou o adiamento da votação. “Parece que o governo na hora em que teve que se confrontar com a necessida-

de de responder aos anseios da sociedade, que quer a redução da maioria penal para evitar que jovens sejam utilizados como mão-de-obra do crime organizado, preferiu adiar, procrastinar a votação desse projeto de lei”, declarou. O senador também afirmou que o presidente do Senado agiu “a serviço do governo, abrindo mão da sua posição de magistrado”, reforçando as críticas à condução da pauta.

O principal conflito envolve a redução da maioria

penal. Rogério Marinho apresentou emenda para reduzir a idade de responsabilização criminal para 16 anos, com previsão de aplicação a partir dos 14 anos em crimes específicos, incluindo hediondos, terrorismo e tráfico de drogas. A iniciativa levou o líder do PT, Camilo Santana (CE), a apresentar alternativa mais restrita, limitada aos crimes hediondos cometidos a partir dos 16 anos.

EMENDA DE CAMILO

Segundo apuração do Cor-

reio da Manhã, Camilo Santana reuniu as assinaturas necessárias e protocolou a emenda que propõe reduzir a maioria penal para 16 anos em casos de crimes hediondos. A iniciativa, porém, enfrenta resistência dentro da própria base governista. Teresa Leitão (PT-PE) defende que a PEC da Segurança seja aprovada sem alterações, para evitar o retorno do texto à Câmara e um possível atraso na promulgação. A parlamentar confirmou que o governo mantinha conversas com Camilo na tentativa de preservar o acordo, mas os dois ainda não chegaram a um entendimento.

A divergência também envolve os cálculos eleitorais para o segundo turno presidencial. Enquanto Camilo e parte dos governistas veem na redução da maioria penal uma oportunidade de fortalecer o discurso de Lula na área de segurança pública, integrantes da cúpula do PT avaliam que a emenda pode comprometer a aprovação da PEC antes das eleições. Outra ala prefere concentrar esforços no pacote destinado aos microempreendedores individuais (MEIs), considerado uma possível entrega do governo nesta reta final da campanha.

Lula defende redução para 16 em crimes hediondos

Por **Gabriela Gallo**

Ao participar de sabatina no segundo turno entre os candidatos à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que tenta a reeleição, entrou na polêmica que acabou adiando a votação da PEC da Segurança.

Ele afirmou ser a favor da redução da maioria penal para 16 no caso de crimes hediondos, na linha do que fora proposto nesta quinta-feira (15) pelo senador Camilo Santana (PT-CE).

Lula, porém, afirmou que tal emenda não cabia na PEC da Segurança, que iria ser votada. Deveria ser, na sua avaliação, tema para discussão posterior. “Mas creio que qualquer brasileiro defenda punição para crime hedion-



Lula foi sabatinado por Renata Lo Prete. Hoje, será a vez de Flávio

do”, respondeu à jornalista Renata Lo Prete, que conduziu a sabatina.

Faltando pouco mais de uma semana para o segundo turno geral das eleições, em 25 de outubro, os candidatos Lula e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) seguem em suas campanhas eleitorais e participando de entrevistas. Lula foi o primeiro a ser entrevistado na sabatina da TV Globo, na qual citou seus planos de campanha e questionamentos sobre sua gestão. Nesta sexta-feira (16) será a vez de Flávio Bolsonaro. Seguindo o cronograma, está previsto um último debate presidencial entre os candidatos antes do segundo turno no dia 23 de outubro.

Durante a sabatina, Lula admitiu que a relação com o

presidente dos EUA Donald Trump começou tensa, mas que, apesar das divergências, os chefes de Estado conseguem manter uma boa relação diplomática, dentro do possível. Questionado sobre os atritos das relações comerciais entre os países, como a aplicação do tarifaço, o petista disse que “embora o país tenha perdido 9% com a relação comercial com os Estados Unidos”, o Brasil “cresceu 20% com a China, 15% com a Indonésia, 16% com a Alemanha e 13% com o Vietnã”.

Sobre segurança pública, Lula voltou a defender que, quando a aprovada a PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025), será criado o Ministério da Segurança Pública (que irá se separar do Ministério da Justiça).